

Os CDE e a comunicação da informação europeia em Portugal: o Portal e a Base O Europeu

Helder da Rocha Machado

CDE da Universidade Lusfada de Lisboa
Rua da Junqueira, 188-198
1349-001 Lisboa
Tel.: 213 611 617
E-mail: helder.machado@lis.ulusiada.pt

Paulo Amaral Soares

CDE da Universidade Lusfada de Lisboa
Rua da Junqueira, 188-198
1349-001 Lisboa
Tel.: 213 611 626
E-mail: paulo.soares@lis.ulusiada.pt

Vera Batalha

CDE do Instituto Nacional de Administração
Palácio dos Marquês de Pombal
2784-540 Oeiras
Tel.: 214 465 427
E-mail: vera.batalha@ina.pt

Resumo: Os Centros de Documentação Europeia (CDE) têm um papel crucial no apoio ao ensino e à investigação sobre a integração europeia, pois não só fazem o tratamento e difusão das publicações oficiais de que são depositários, como também são agentes pró-activos na pesquisa da informação comunitária. Estes Centros começaram a ser criados nos Estados-membros e nos países terceiros a partir de 1963, junto das instituições de ensino superior e de investigação, através da assinatura de uma Convenção com a Comissão Europeia. Inicialmente voltados para a comunidade académica e científica, hoje os CDE são elementos catalisadores da política de transparência da Comissão Europeia na aproximação das políticas europeias ao cidadão europeu, envolvendo as suas instituições no debate das questões comunitárias. Esta comunicação tem por objectivo dar a conhecer o Portal e a Base O Europeu. Estas ferramentas apresentam-se como potenciadoras da informação europeia, participando assim na difusão e divulgação de conteúdos comunitários junto do cidadão nacional e do mundo lusófono.

Palavras-chave: Redes de Informação – Portugal, União Europeia - Recursos Electrónicos de Informação, Comunicação – Países da União Europeia, Portais da Web – Portugal, Catálogos Colectivos – Portugal, Centro de Documentação Europeia.

Abstract: European Documentation Centres (EDCs) play a crucial role in teaching and research in matters pertaining to European integration, not only in processing official publications (for which they are depositories) but also as pro-active agents in the search for Community information. These centres first appeared at institutions of higher education of member states and third-party countries in 1963, through an accord with the European Commission (EC). Initially addressing the needs of the academic and scientific communities, today EDCs are catalysers of EC policy and transparency, drawing its institutions into the dialogue on Community issues. The present communication seeks to raise the awareness of the

Portal and “The European” Database. These tools are drivers of European information, and are integral elements of the interchange of Community information content and the citizens of Portugal and the Portuguese speaking world.

Keywords: Information Networks - Portugal, European Union - Electronic Information Resources, Communication - European Union Countries, Web Portals - Portugal, Union Catalogs – Portugal, European Documentation Centre.

INTRODUÇÃO

A construção do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) e do Espaço Europeu de Investigação (EEI) constituem os grandes objectivos para a alteração do modelo de organização dos Centros de Documentação Europeia (CDE) como unidades de informação e investigação vocacionadas para as comunidades académica e científica. Os objectivos fixados pelo EEES e pelo EEI implicam uma alteração do perfil dos CDE, apostando numa postura mais pró-activa, principalmente ao nível dos processos de ensino, aprendizagem e investigação.

Os Centros de Documentação Europeia (CDE) têm um papel crucial no apoio ao ensino e à investigação sobre a integração europeia, pois não só fazem o tratamento e difusão das publicações oficiais de que são depositários, como também são agentes pró-activos na pesquisa da informação comunitária. Estes Centros começaram a ser criados nos Estados-membros e nos países terceiros a partir de 1963, junto das instituições de ensino superior e de investigação, através da assinatura de uma Convenção com a Comissão Europeia.

Inicialmente voltados para a comunidade académica e científica, hoje os CDE são elementos catalisadores da política de transparência da Comissão Europeia na aproximação das políticas europeias ao cidadão europeu, envolvendo as suas instituições no debate das questões comunitárias.

Em Portugal, os CDE são também os Centros mais antigos de toda a rede de Organismos de Informação Europeia (OIE). A sua criação remonta a 1974, e hoje em dia existem no país dezanove Centros, dezassete no Continente e os restantes nas Ilhas da Madeira e dos Açores. Os CDE portugueses estão situados nas seguintes Instituições hospedeiras: Instituto Nacional de Administração, Instituto Politécnico de Beja, Instituto Politécnico de Leiria, Universidade dos Açores, Universidade do Algarve, Universidade de Aveiro, Universidade da Beira Interior, Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), Universidade Católica Portuguesa (Porto), Universidade de Coimbra, Universidade de Évora, Universidade de Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa, Universidade Lusíada do Porto, Universidade da Madeira, Universidade do Minho, Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Porto, Universidade Técnica de Lisboa.

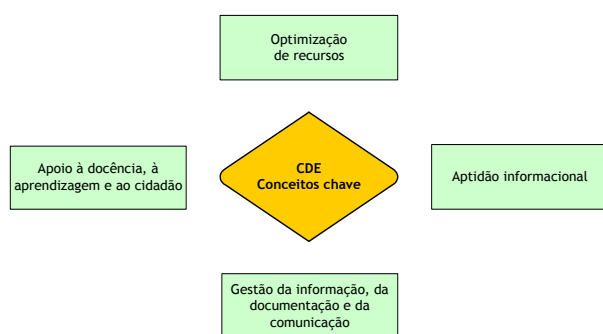


Ilustração 1 - Conceitos chave dos CDE [1]

No novo perfil dos CDE, impulsionado pelo EEES, pelo EEI, e pela *Declaração de Bolonha*, destacam-se algumas características, tais como:

1. Apostar no acesso à informação de qualidade;
2. Dar formação nas competências informacionais;
3. Orientar os agentes intervenientes na criação de conteúdos de docência e de investigação;
4. Potenciar a visibilidade do conhecimento gerado pelos OIE mediante a criação de repositórios nacionais e internacionais, através de parcerias;
5. Promover a criação de infra-estruturas electrónicas de apoio à comunicação de conteúdos sobre as temáticas da União Europeia (UE);
6. Desenvolver acções de formação e informação vocacionadas para os grandes assuntos europeus.

Este novo modelo organizacional dos CDE apresenta as seguintes características:

1. Amplitude, flexibilidade e variedade de espaços destinados à aprendizagem e investigação (recorrendo, muitas vezes, às estruturas existentes nas bibliotecas de ensino superior das instituições hospedeiras);
2. Maior oferta de serviços e de recursos de informação;

3. Utilização massiva das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);
4. Acesso interno e externo, 24 horas x 7 dias, aos serviços e recursos do *campus* universitário;
5. Disponibilização de bibliotecários de referência conhecedores dos assuntos comunitários e preparados para a utilização das tecnologias da Web 2.0 (blogs, *wikis*, RSS feeds, IM, redes sociais, etc.);
6. Implementação de uma cultura de auto-serviço e de auto-ajuda, com a possibilidade de recorrer ao apoio técnico através de várias ferramentas de comunicação (e.g. CRM - *Customer Relationship Management*);
7. Valorização da comunicação entre a UE e o público-alvo.

São objectivos do novo modelo organizacional:

1. Potenciar o crescimento do conhecimento sobre a UE;
2. Aumentar o nível de formação geral sobre a UE;
3. Contribuir para o aumento de qualidade dos conteúdos, a disponibilizar pelo CDE;
4. Fomentar a investigação sobre temáticas europeias;
5. Gerar novos conhecimentos, cada vez mais necessários para o melhor entendimento das políticas da UE.

COMUNICAR A EUROPA: UM MOMENTO DE INFLEXÃO ESTRATÉGICO?

A difícil reconfiguração da Europa executada pela União Europeia tem, ao longo dos últimos anos, demonstrado ser pouco apelativa para o cidadão europeu. Os resultados apresentados pelos vários “Eurobarómetros” têm demonstrado o fosso que existe entre os governantes europeus e os povos nacionais. Para além disso, os europeus, separados pelas línguas maternas, não parecem comunicar entre si mantendo-se ainda muito divididos por séculos de conflitos que, embora hoje silenciados, se enraizaram na memória dos povos. É óbvio que esta ausência de comunicação origina um défice democrático que se tem vincado nos últimos tempos.

Na opinião de Éric Dacheux (2004, pp. 40-44), os responsáveis pela política de comunicação da UE confrontam-se com seis tipos de problemas estruturais:

1. Amplitude e complexidade da política de comunicação: a extensão geográfica da UE impossibilita, muitas vezes, atingir com eficiência os vários cidadãos;
2. Insuficiência de meios humanos e financeiros: o orçamento e o pessoal dedicados à política de informação e comunicação da UE são largamente inferiores aos aplicados a uma agência de publicidade de dimensão europeia;
3. Ausência de um meio generalista europeu de

comunicação de massa: ao contrário dos Estados Unidos, a União Europeia não possui um meio de comunicação que atinja todos os europeus;

4. Existência de tensões institucionais que dificulta o desenvolvimento de uma política de comunicação coerente;
5. Problemas linguísticos: a diversidade de línguas cria dificuldades à execução de uma política de comunicação à escala continental;
6. Défice de identidade: o sistema institucional europeu tem estado dividido entre duas visões jurídicas da construção europeia: o federalismo e o confederalismo. Devido à natureza desse facto, o projecto europeu revela-se incerto e evolutivo, promovendo uma política de comunicação assente em incertezas quanto ao futuro da Europa.

Uma política de comunicação bem concebida e dotada de recursos adequados constitui um elemento fundamental para as políticas comunitárias. Para a Comissão Europeia, esta política deve articular a abordagem de proximidade aos cidadãos com uma intervenção de longo alcance, de forma a atingir não só os países que compõem a União Europeia como também o resto do mundo. As iniciativas adoptadas pela Comissão têm por objectivo **ouvir, comunicar e intervir** localmente. O Livro branco sobre a política de comunicação europeia (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 01.02.2006) veio preconizar uma comunicação bidireccional, caracterizada pela participação activa dos cidadãos, por um lado, e por uma mudança de orientação mais vocacionada para a acção a nível local, por outro. Este Livro veio também complementar a resposta do “Plano D” (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 13.10.2005) à crise institucional que apareceu na sequência dos votos negativos da França e dos Países Baixos à “Constituição europeia”.

A adopção do Livro Branco tinha como principal objectivo trazer à União Europeia uma estratégia geral de comunicação e, para isso, teria, entre outras iniciativas, de colaborar mais com os média e de utilizar, com maior afirmação, as TIC (e.g. a Internet). O Livro Branco salienta, ainda, a necessidade da União Europeia aprofundar a comunicação sobre a Europa, através de parcerias entre Instituições da UE, Estados-membros, partidos políticos e organizações da sociedade civil.

Para muitos autores, o segundo referendo irlandês, que se realizou no dia 2 de Outubro de 2009, representou um sério teste à eficácia da estratégia de comunicação da UE, que viu coroado de êxito os esforços desenvolvidos pelas Instituições europeias e pelo governo irlandês.

A política de comunicação da UE pretende dar aos cidadãos os meios comunicacionais necessários para se fazerem ouvir e para participarem no futuro da Europa – uma Europa em que eles acreditem. Os cidadãos europeus precisam de saber: Quem toma as decisões e em que áreas? Onde e quando é que o cidadão comunica com os decisores políticos? Cabe às Instituições europeias, nomeadamente à Comissão Europeia, aos deputados eleitos e aos governos informar sobre o avanço das políticas comunitárias. A ausência de comunicação constitui uma violação do direito à

informação e uma afronta à democracia. A política de comunicação da União Europeia deve promover a democracia participativa e o diálogo estruturado com a sociedade civil. Para a ex-Vice-Presidente da Comissão Europeia, Margot Wallström, a mudança da Europa terá de passar pela política de comunicação assumida pelas Instituições da UE e por todos os outros agentes políticos, nacionais e europeus, incluindo os próprios cidadãos. As organizações da sociedade civil são extremamente importantes para facilitar a comunicação entre os líderes da UE e os cidadãos, porque estas privilegiam os problemas que realmente preocupam a sociedade, como a pobreza, o desemprego, a solidariedade ambiental, etc.

Em suma, a análise da situação actual da política de comunicação da União Europeia deve compreender o estudo de três aspectos relacionados entre si, embora com projecções diferentes: o cidadão e o projecto de cidadania europeia activa, a esfera pública europeia e a criação de parcerias.

PORTAL O EUROPEU: COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO EUROPEIA EM PORTUGAL

A Comissão Europeia, através do Livro branco sobre a política de comunicação europeia (01.02.2006, p. 8), refere que “Um outro projecto importante a desenvolver pelos Estados-membros é a transformação das bibliotecas em bibliotecas europeias ligadas através de meios digitais que poderiam trabalhar como centros de informação e aprendizagem, garantindo a todos os cidadãos o livre acesso às tecnologias de informação e às informações relevantes.”

Esta sugestão apontada pela Comissão Europeia materializou-se, em Portugal, no Portal *O Europeu*, iniciativa da Coordenação portuguesa dos Centros de Documentação Europeia, exercida em conjunto pelos responsáveis dos Centros de Documentação Europeia da Universidade Lusíada de Lisboa e do Instituto Nacional de Administração. No seu plano de actividades para 2003, esta Coordenação propôs-se avançar com o projecto de criação de uma base nacional de informação europeia - Base *d'O Europeu* -, cujo objectivo é o de facilitar o acesso à produção científica nacional e a toda a informação comunitária que se encontra dispersa por vários organismos, públicos e privados, e com a construção do portal da Rede Portuguesa dos Centros de Documentação Europeia (RPCDE) – Portal *O Europeu*.

Hoje em dia quando falamos de portais *web*, estamos a identificar um espaço na Internet que metaforicamente transporta-nos para mundos emergentes caracterizados pela multiplicidade de saberes mais ou menos complexos. Qualquer projecto de informação desenvolvido na Internet afigura-se como um amuleto portador de êxito e de salvo-conduto para o universo da informação e do conhecimento. A palavra portal foi facilmente adoptada pela nossa sociedade mediática, originando novos serviços de informação, assentes na necessidade de práticas informativas mais abertas e estimulantes para o trabalho individual ou colectivo. Para alguns autores, o conceito de portal define-se como uma plataforma *web* que oferece vários conteúdos, funcionalidades e serviços através de uma navegação fácil.

Se o crescimento da Internet se devia à necessidade de partilhar informação, actualmente os utilizadores procuram espaços para partilhar necessidades de informação, originando, assim, o conceito de “comunidade virtual”. O rompimento das barreiras espaço/tempo permitiu que se desenvolvessem numerosas comunidades virtuais assentes em dois elementos básicos: o tempo de interactividade e a componente afectiva que existe entre os membros de uma mesma comunidade. Estas comunidades virtuais possuem características de sistemas dinâmicos e abertos que combinam, ao mesmo tempo, elementos de planificação e de organização da informação. A importância da gestão da informação dentro destas comunidades assume, assim, um papel dinamizador e potenciador da sua utilidade, principalmente em ambientes profissionais e científicos. Se a essência do trabalho da sociedade da informação consiste em pesquisar, filtrar e analisar a informação para gerar novo conhecimento útil ao utilizador, então a Internet está a dotar-se, cada vez mais, de ferramentas mais sofisticadas (e.g. as aplicações da Web 2.0) que promovem não só a comunicação como também a construção de saber.

A implementação de ferramentas da Web 2.0 para organizar a comunicação e a formação de um portal *web*, permite dinamizar e partilhar, de forma interactiva, procedimentos, ideias e novos desenvolvimentos no seio da equipa.

Para a construção do Portal *O Europeu* foram designadas como grandes linhas de força: o acesso à informação, à comunicação, aos recursos de informação, aos serviços prestados pelos CDE e OIE, nacionais e estrangeiros. Foram privilegiados conteúdos portugueses e em português, não deixando, no entanto, de ter em conta outros conteúdos de manifesto interesse para os cidadãos portugueses.

A identificação de necessidades do público-alvo do Portal *O Europeu* foi feita através do trabalho dos técnicos do serviço de referência de alguns Centros de Documentação Europeia [2].

A estrutura utilizada para o *layout* das várias páginas *web* segue a mesma que foi criada para o portal da Universidade Lusíada de Lisboa.

Na concepção deste Portal foram consideradas as seguintes características técnicas:

1. **Criação de uma *web culture*** (comunidades virtuais): possibilidade de personalização das páginas *web*; criação de espaços públicos, privados e sub-comunidades; desenvolvimento de calendário de eventos; criação de fóruns, áreas de discussão e salas de *chat* temáticas; apresentação de anúncios classificados; registo de directório de utilizadores e de contactos; gravação de *links* da comunidade; expedição de *newsletters*; troca de postais electrónicos;
2. **Utilização de mecanismos transaccionais** (tecnologia de suporte a transacções): transacções automáticas seguras, registo de eventos, capacidade de *full-search*, catálogos de publicações, multilinguismo, etc.;

3. **Aplicação de ferramentas de comunicação** (mecanismos de acesso *inbound / outbound*): notificações automáticas, formulários *auto-reply*, *newsletters* e listas de distribuição, *feedback* dos utilizadores;
4. **Disponibilização de tecnologias da Web 2.0**: blogues, calendários *online*, *wikis*, *RSS feeds*, *podcasts* e *vodcasts*, *instant messaging*, *Facebook*, etc.;
5. **Gestão de conteúdos** (ferramentas para o desenvolvimento e publicação de informação): gestão de conteúdos do tipo WYSIWYG (*What You See Is What You Get*), *workflow* para publicação de conteúdos, *backup* e *restore* automáticos e arquivo consultável de versões anteriores.

O Portal *O Europeu* pretende atingir padrões de qualidade, ao nível:

1. Versatilidade da plataforma *web*;
2. Acessibilidade aos serviços e recursos de informação;
3. Ergonomia adaptada aos interesses e às necessidades do público-alvo;
4. Informação e comunicação de conteúdos;
5. Criação e personalização de conteúdos;
6. Integração dos fluxos de trabalho do público-alvo (professores, alunos, investigadores e cidadão, em geral);
7. Difusão selectiva da informação, tendo em conta as várias temáticas da UE;
8. Publicitação de iniciativas e actividades sobre a UE;
9. Comunicação estruturada entre o utilizador e o Portal, aproveitando as vantagens da Web 2.0;
10. Organização do trabalho cooperativo realizado entre os vários elementos das redes de informação europeia.

Estas potencialidades só serão atingidas através da interacção de três eixos fundamentais: (1) a utilização das TIC no desenvolvimento do Portal *O Europeu*, principalmente na criação de infra-estruturas *web* e de recursos de informação; (2) a formação especializada do bibliotecário de referência, com excelentes conhecimentos das temáticas comunitárias, bem como da utilização das novas tecnologias; e, por último, (3) a cooperação entre os vários elementos que compõem as redes de informação europeia em Portugal e na Europa.

BASE O EUROPEU: CATÁLOGO COLECTIVO DOS CDE PORTUGUESES

A base tem como principal objectivo reunir toda a informação europeia existente em Portugal e disponibilizada pelos CDE através de um único ponto de acesso: a Internet.

A Base *O Europeu* privilegia a criação de serviços personalizados, tanto para o utilizador local como para o

utilizador à distância. A gestão integrada de recursos analógicos (papel, microformas, audiovisuais, etc.) e digitais (bases de dados, revistas, monografias, etc.) facilita a organização das colecções, dos sistemas, das infra-estruturas e, por fim, do próprio conhecimento.

Para a concretização desta Base, foram adquiridos os *softwares* documentais DigiTool e MetaLib, desenvolvidos pela empresa israelita Ex-Libris, especializada em sistemas e serviços de informação. A aquisição destes produtos foi contemplada pelo POS_Conhecimento, através da Medida 2.2. – Conteúdos, que financiava projectos de criação e disponibilização de conteúdos portugueses e em português, em formato digital.

De uma forma geral, podemos dizer que o DigiTool é uma solução para a gestão de acessos, tratamento e difusão de objectos digitais, contendo uma componente muito forte de *Digital Rights Management* (DRM). Esta componente relativa aos DRM, no actual contexto internacional onde se debatem as questões relativas à propriedade intelectual e aos direitos de autor, foi fulcral para a sua inclusão no projecto da base *O Europeu*, uma vez que este projecto pretende fazer a digitalização de publicações de interesse, como teses, relatórios e outros documentos que, dentro da legislação nacional, possam ser disponibilizados em livre acesso ou em acesso parcial.

O MetaLib providencia um sistema de meta-pesquisa, isto é, possibilita a pesquisa simultânea em vários recursos, que podem ser parametrizados e ajustados conforme as pretensões da Instituição hospedeira.

Numa fase inicial, a solução preconizada será partilhada pelos dezanove CDE, sendo posteriormente alargada a todos os restantes OIE.

Esta solução irá satisfazer os seguintes requisitos (características e funcionalidades):

1. Disponibilização centralizada do catálogo (metadados) e dos respectivos objectos digitais (conteúdos);
2. Possibilidade de cópia do catálogo e/ou dos conteúdos digitais, do servidor central para os vários CDE e OIE, de forma automática (conforme parametrização) ou manualmente, por solicitação destes;
3. Possibilidade de catalogação, por parte dos CDE e OIE, directamente no sistema central, com posterior replicação para a sua própria base bibliográfica;
4. Disponibilização, nos registos do catálogo central, de apontadores para os correspondentes conteúdos, existentes nos vários CDE e OIE;
5. Disponibilização de uma base bibliográfica aos CDE e OIE que não possuam base própria;
6. Possibilidade de consulta de toda a informação produzida neste âmbito, através do acesso directo ao sistema central.

Esta solução inclui, também, um sistema central com capacidade suficiente para o armazenamento e

catalogação de toda a documentação e informação comunitárias, e com mecanismos que permitem:

1. O processamento da documentação e da informação por parte dos bibliotecários;
2. A consulta ao catálogo e visualização dos documentos por parte dos utilizadores;
3. A interligação com os vários CDE e OIE.

O sistema central contém um repositório comum para arquivo de toda a informação digital que pode estar também duplicada, total ou parcialmente, em cada um dos CDE e OIE.

Neste momento, os CDE possuem vários tipos de sistemas de gestão documental (e.g. Aleph, DocBase, Horizon, etc.). Devido a isso e tendo em conta os desenvolvimentos futuros foram definidos requisitos para a utilização de *standards* da indústria, reconhecidos e creditados por entidades internacionais (UNIMARC, Dublin Core, XML), assim como para a utilização de protocolos normalizados e especializados para a troca de informações (ISO 2709, Z39.50, OIA-PHM, SOAP, ILL), de forma a garantir-se a adaptabilidade e interoperabilidade entre as várias entidades envolvidas, e com futuras entidades ou consórcios.

O arquivo da informação digital é efectuado num servidor central. Poderão ser criados procedimentos automáticos de "alimentação" deste servidor, com periodicidade regular, com alguns dos dados produzidos diariamente pela Comissão Europeia. Outros tipos de dados podem ser introduzidos manualmente por operadores. Esta catalogação pode ser feita, em alternativa:

1. Por operadores centrais: existirá um grupo de operadores dedicados ao servidor central que efectuará a actualização do catálogo. Os CDE e OIE poderão actualizar os seus catálogos após a actualização do catálogo central;
2. Por operadores dos CDE e OIE: a catalogação central é efectuada pelo primeiro organismo que intervir no sistema. Existem mecanismos que garantem a não duplicação de registos, nos casos em que se verifique a catalogação simultânea do mesmo documento.

A Base *O Europeu* terá necessariamente de estabelecer um conjunto de normas e procedimentos, recorrendo a critérios rigorosos de selecção da informação. Esta Base não poderá ter dados catalogados com critérios distintos, de forma a garantir que a informação apresentada ao utilizador final seja sempre efectuada com qualidade e coerência.

O processo de catalogação pode implicar a criação de cópias de registos do sistema central para os sistemas locais e, quando aplicável, dos respectivos conteúdos.

A utilização de um servidor central como repositório da informação digital, permite que os documentos sejam automaticamente referenciados nos registos bibliográficos que forem transferidos.

Será necessário criar mecanismos que permitam:

1. Efectuar a cópia dos registos do catálogo central para os vários organismos;
2. Associar aos registos do catálogo central, os ponteiros para os CDE e OIE que disponibilizam os correspondentes documentos na sua base bibliográfica, utilizando para tal interfaces próprios;
3. Identificar duplicados e proceder à sua eliminação.

Os organismos que pretendam ter a sua própria base de dados mantêm a autonomia para catalogar os documentos que considerem relevantes.

Para os requisitos de implementação é necessário uma interface comum entre os vários sistemas e o sistema central. Será ainda necessária a implementação de rotinas de transferência de dados: informação bibliográfica, pedidos de leitores, etc.

Os serviços que pretendam autonomia da sua base bibliográfica terão de ter um sistema implementado com as funcionalidades mínimas de um gestor de bibliotecas e com a possibilidade de exportação dos dados bibliográficos em formato normalizado.

No que diz respeito à informação que existe em papel, terão de ser definidas regras de funcionamento do regime de empréstimo, de modo a normalizar este serviço.

O servidor central deverá disponibilizar um sistema de gestão de documentos digitais de última geração, em paralelo com a criação de um catálogo de pesquisa. Terá de ser dimensionado com capacidade de processamento suficiente para suportar o consórcio e ter mecanismos de redundância.

Entre as características do sistema destacamos:

1. Controlo de acesso dos operadores;
2. Níveis de acesso aos registos, por parte dos operadores;
3. Rotinas de validação da qualidade dos registos produzidos;
4. Rotinas de detecção de duplicados;
5. Rotinas de exportação e importação dos dados em formato normalizado;
6. Controlo de direitos de autor, quando aplicável;
7. Possibilidade de integração com outros sistemas e, se desejado, de consulta da informação no seu modo nativo;
8. Possibilidade de inclusão, não só de documentos em texto, mas também de outros documentos, como por exemplo registos de vídeo e áudio, imagens, mapas, etc.;
9. Mecanismos de empréstimo interbibliotecas para o material não digital, privilegiando a Internet como a interface a utilizar.

Os CDE portugueses há muito que ambicionavam a criação de um catálogo colectivo para que se poupassem

recursos no tratamento da documentação e informação comunitárias.

O projecto envolveu várias entidades que, em parceria, desenvolveram esforços para a sua criação. A base destina-se, fundamentalmente, a apoiar o estudo e a investigação sobre a União Europeia.

Neste contexto, foi utilizada a seguinte metodologia:

1. Estabelecer normas para o tratamento desta informação com vista à uniformização de critérios;
2. Recolher a informação existente que se encontra dispersa por diversas entidades públicas e privadas;
3. Seleccionar, organizar e inserir na base de dados a informação recolhida.

Esta metodologia foi aplicada, numa primeira fase, à documentação existente nos CDE, numa segunda fase será alargada aos restantes OIE e, numa terceira fase, estes procedimentos serão aplicados à documentação proveniente de outros organismos que queiram participar no projecto.

As características da Base *O Europeu* podem ser resumidas em três pontos:

1. **Actualização:** os fundos disponibilizados têm de ser actualizados diariamente. O catálogo central será actualizado automaticamente através de uma rotina que faz a ligação aos catálogos cooperantes (CDE e outros).

Os metadados podem ser disponibilizados de forma permanente através da cópia dos fundos dos vários servidores europeus para o servidor da Base *O Europeu*. Ao utilizar este método, é necessário o estabelecimento de uma periodicidade para que essa cópia seja efectuada de forma automática. Este método de disponibilização dos metadados tem como principal vantagem a criação de um catálogo, onde a pesquisa é mais rápida e onde é possível trabalhar a informação.

Alguns conteúdos estarão alojados no servidor central, tais como os documentos oficiais da UE (COM - documentos da Comissão Europeia, PE - documentos do Parlamento Europeu, CES - documentos do Comité Económico e Social Europeu, CdR - documentos do Comité das Regiões e os periódicos da União Europeia) e, por último, os documentos não oficiais (literatura cinzenta nacional, relatórios temáticos das instituições portuguesas, periódicos nacionais e outra documentação que sirva os objectivos do projecto).

Os conteúdos remotos acima mencionados serão replicados para o servidor da Base *O Europeu*. A vantagem em se efectuar essa replicação é a de permitir um acesso mais rápido a esses conteúdos e assegurar a preservação dessa mesma informação.

2. **Acessibilidade:** é imprescindível que a informação existente no catálogo esteja acessível de forma rápida e inequívoca. Tal será efectuada através de uma interface *web* de pesquisa, sempre acessível *online*.

3. **Descentralização:** é possível através da utilização de protocolos, como o protocolo Z39.50, permitir a

pesquisa e a recuperação da informação no catálogo dos organismos cooperantes.

Os três pontos referidos anteriormente obrigam os participantes do catálogo a estabelecer as mesmas políticas de normalização de dados, aspecto fundamental para atingir um catálogo colectivo de elevado grau de qualidade e uniformidade.

Os CDE esperam também que com o desenvolvimento do projecto e com o crescimento da catalogação partilhada consigam diminuir os custos da mesma, mantendo assim o nível de catalogação expectável pelos utilizadores do sistema e pelas suas necessidades de informação.

O projecto visa, por isso, a criação de vários grupos de trabalho que têm por objectivo a normalização dos procedimentos técnicos. Os critérios de catalogação, classificação, indexação e de controlo de autoridades têm de ser normalizados em todos os CDE participantes. A qualidade, a uniformidade e a consistência da Base *O Europeu* dependerá substancialmente da aplicação destes critérios.

CONCLUSÃO

O sucesso destes projectos implica o desenvolvimento técnico da **Base O Europeu**, através da elaboração de documentação específica que tenha em conta a uniformização de procedimentos ao nível do tratamento da informação (autoridades, descrição, classificação, indexação). O objectivo da organização e da disponibilização da informação em catálogos é, em última análise, possibilitar uma eficaz recuperação dos conteúdos. A Base *O Europeu* vai permitir ao utilizador, através de uma única interface, efectuar a pesquisa a uma série de catálogos distribuídos como se de um catálogo único se tratasse, contribuindo desta forma para a comunicação da informação europeia existente nos CDE e OIE. Salientamos, ainda, que o modelo desenvolvido foi pensado no âmbito das necessidades dos utilizadores e tenta preconizar o estabelecido pelos FRBR - *Functional Requirements for Bibliographic Records* (IFLA, 2008, p. 23) que definem as operações genéricas efectuadas pelos utilizadores quando pesquisam e dão uso às bibliografias e aos catálogos de bibliotecas: (1) encontrar; (2) identificar; (3) seleccionar; (4) obter.

Implica, também, a produção de conteúdos, através da dinamização da participação de todos os CDE e OIE portugueses na actualização do **Portal O Europeu**, através da concepção de conteúdos sobre os temas chave da UE. É igualmente importante a organização de acções de formação e de informação a nível regional e local, tais como conferências, seminários e exposições, tendo como referência a actualidade europeia.

Face às competências que estes dois projectos exigem, não nos podemos esquecer que o seu desenvolvimento depende muito da qualidade dos profissionais de informação dos Centros de Documentação Europeia. Os bibliotecários dos CDE são, presentemente, verdadeiros trabalhadores do conhecimento que estão no centro de uma economia baseada na inovação e que ajudam a transformar a informação em estruturas de conhecimento acessíveis, úteis e fáceis de usar.

Na actual era do conhecimento, os bibliotecários, em geral, e os CDE, em particular, desenvolvem actividades de comunicação e de interacção com o seu público-alvo, constroem portais de conhecimento e desenham interfaces que permitem o acesso livre a redes de conhecimento.

O sucesso de uma Europa sustentada na sociedade do conhecimento (*eEurope*) depende não só das Instituições da UE, nacionais e regionais, mas também dos CDE e seus profissionais de informação – fonte de novas ideias e de criação de valor, enquanto responsáveis não só pela produção do conhecimento, como também pela sua exploração.

NOTAS

[1] Adaptado de AREA MOREIRA (2004).

[2] Participaram no trabalho de levantamento de necessidades, os técnicos de referência dos CDE do Instituto Nacional de Administração, da Universidade Lusíada de Lisboa e da Universidade de Lisboa.

REFERÊNCIAS

AREA MOREIRA, Manuel, RODRÍGUEZ JUNCO, Fernando, GLEZ, Daida (2004) – De la biblioteca universitaria a los centros de recursos para el aprendizaje y la investigación (CRAI). [S.l. : s.n.].

CASTILLO, Jesús (2003?) – Catálogos colectivos, redes de bibliotecas y catálogos virtuales [Em linha]. Madrid : Baratz. [Consult. 12 Dez. 2009]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.absysnet.com/tema/tema28.html>>.

CERDÁ VARA, Francisca, LATORRE ZACARÉS, Ignacio (200-?) – Trabajo cooperativo en redes electrónicas y catálogos colectivos en línea : la red de lectura pública valenciana [Em linha]. Valencia : [s.n.]. [Consult. 12 Dez. 2009]. Disponível em WWW: <xlpv.cult.gva.es/files/Artredelec.pdf>.

DACHEUX, Éric (2004) – L'impossible défi : la politique de communication de l'Union européenne. Paris : CNRS. (CNRS science politique).

EX LIBRIS (2004) – How to set up an Aleph union catalog [Em linha]. Jerusalem : Ex Libris. [Consult. 14 Dez. 2009]. Disponível na Internet em WWW: <URL: http://www.exlibrisgroup.com/docportal/thereisyourfile.php?path=/ALEPH_Internal%2FALEPH_Distributors%2FALEPH_Customers%2FHow+To%2FCataloging%2FHow+to+Set+Up+an+ALEPH+Union+Catalog.PDF&pid=15>.

IFLA (2005) – Guidelines for Online Public Access Catalogue (OPAC) Displays. München : Saur.

IFLA (2008) – Requisitos funcionais dos registos bibliográficos. Lisboa : BNP.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão das Comunidades Europeias (01.02.2006) – Livro branco sobre uma política de comunicação europeia [Em linha]. Bruxelas : [CCE], 01.02.2006. [Consult. 16 Dez. 2009]. COM(2006) 35 final. Disponível em WWW: <URL:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0035:FIN:PT:PDF>>.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão das Comunidades Europeias (13.10.2005) – Communication de la Commission au Conseil, au Parlement Européen, au Comité Économique et Social Européen et au Comité des Régions : contribution de la Commission à la période de réflexion et au-delà : Le Plan D comme Démocratie, Dialogue et Débat [Em linha]. [Bruxelas : CCE], 13.10.2005. [Consult. 16 Dez. 2009]. COM(2005) 494 final. Disponível em WWW:<URL: http://ec.europa.eu/commission_barroso/wallstrom/pdf/communication_planD_fr.pdf>.